



CARTA DA PESCA E AQUICULTURA DE MATO GROSSO DO SUL

Nós, delegados e delegadas da 3ª Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca, reunidos/as na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, Campo Grande (MS), de 13 a 15 de julho de 2009, manifestamos a toda sociedade brasileira, em especial à sul-matogrossense, nossa visão sobre a realidade do setor da pesca e aquicultura, seus potenciais e problemas e propostas de ação coletiva e de políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável.

Nós, aquicultores/as e pescadores/as de Mato Grosso do Sul saudamos a iniciativa do Governo Federal de criação do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA e da homologação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Nossa posição se fundamenta na visão de futuro, na qual reputamos ao setor da pesca e da aquicultura grande potencial de geração de emprego, renda, alimentos e qualidade de vida, tanto para os que nele trabalham, quanto para o conjunto da sociedade. Contudo, para construir este futuro devemos partir da realidade atual, potencializando os acertos e superando os problemas.

A realidade da pesca em Mato Grosso do Sul

Os principais aspectos desta realidade são:

O território do Estado de Mato Grosso do Sul abrange duas bacias hidrográficas, a Bacia do Rio Paraná e a Bacia do Alto Rio Paraguai (BAP), sendo que nesta segunda está situado o Pantanal. Em cada uma a realidade da pesca tem suas peculiaridades. A Bacia do Rio Paraná foi altamente modificada pela construção de represas, que implica profundas alterações nas populações naturais de peixes, sobretudo das espécies migradoras (as mais importantes para a pesca), ao passo que a Bacia do Alto Rio Paraguai foi pouco alterada e, ainda, conserva muito de suas características originais.

A pesca em nosso Estado inclui as seguintes modalidades: pesca profissional-artesanal, pesca amadora (esportiva) e pesca de subsistência.

A pesca profissional artesanal tem grande importância social, econômica, cultural e ambiental e é formada por mais de 5,3 mil pescadores e suas famílias, perfazendo uma população de aproximadamente 26,5 mil pessoas. A categoria dos pescadores/as profissionais-artesanais e pouco usufrui de direitos fundamentais como alfabetização, nível de renda digna, acesso ao sistema de atenção à saúde, habitação e acesso a meios de comunicação e de transporte.

Os peixes existentes em nossos rios são abundantes em quantidade e em diversidade e são muito apreciados pelos consumidores dos centros urbanos. Porém, o nível de consumo de pescado pela população da Região Centro Oeste ainda é baixo (1,3 kg de pescado/habitante/ano)

A legislação de pesca estadual tem restringido a pesca, especialmente a profissional-artesanal, de maneira que a quantidade total capturada e a quantidade capturada por pescador estão reduzindo ano a ano. Além de pescar menor quantidade, os pescadores profissionais-artesanais ressentem a desorganização da cadeia produtiva. Isso torna o peixe caro para o

consumidor e barato para o pescador, ou seja: o valor do pescado comercializado que efetivamente fica com o pescador é baixo, pois boa parte desse valor é retida pelos fornecedores de gelo e combustível, que cobram preços abusivos, e pelos atravessadores, pois não existem estruturas para desembarque, conservação, beneficiamento e comercialização do pescado sob o controle do pescador e de suas organizações.

Os estoques pesqueiros de nossos rios, com exceção de algumas poucas espécies, estão sendo explorados dentro dos limites da sustentabilidade ou até mesmo sub-explorados para espécies abundantes como o curimatá (*Prochilodus lineatus*). Além disso, a restrição dos aparelhos de pesca permitidos e a falta de uma política adequada de incentivo à atividade têm levado a pesca a se concentrar sobre poucas espécies. Por exemplo, na Bacia do rio Paraguai, apesar de ocorrerem mais de 260 espécies de peixes, apenas 5 espécies representam cerca de 80% de todo o pescado capturado pela pesca profissional-artesanal.

A ausência de uma legislação estadual clara, baseada nas tendências atuais de manejo participativo e nos conhecimentos científicos sobre os usos e limites sustentáveis dos estoques pesqueiros traz conflitos com a legislação federal e entre a fiscalização e os pescadores, gerando instabilidade na atividade pesqueira.

Para conservar os peixes e manter a atividade de pesca é preciso conservar o ambiente. Nesse sentido, o Pantanal, a maior planície inundável do mundo, é um patrimônio natural da humanidade que deve ser conservado. Entretanto este ambiente está sujeito a grandes ameaças, que podem comprometê-lo de forma irreversível, através de grandes empreendimentos que estão em vias de serem instalados na Bacia: possível liberação da implantação de usinas de açúcar e álcool na BAP, instalação de centenas de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) nas cabeceiras dos rios da BAP, grandes plantações com irrigação artificial, exploração desordenada da sua flora para produção de carvão, desmatamento e queimadas. Estas são as verdadeiras ameaças à conservação do Pantanal e dos estoques pesqueiros!

A realidade da aquicultura de Mato Grosso do Sul

A realidade da aquicultura, embora diversa, não é menos complexa. Seus principais aspectos são:

A atividade de criação na cadeia produtiva da aquicultura conta, em MS, com pouco mais de 250 aquicultores/as registrados e estima-se que exista um número três vezes maior de não registrados, produzindo em situação de informalidade. A informalidade decorre de duas causas principais: a) os altos custos e a morosidade para obter a autorização ambiental junto ao órgão competente, e b) a cadeia produtiva da aquicultura ainda não está totalmente organizada no estado.

A aquicultura é um sistema de criação que tem servido para diversificar a produção agrícola de várias propriedades rurais. A maioria dos agricultores envolvidos com a aquicultura são aquicultores familiares, os quais buscam na atividade diversificar as fontes de renda, produzir alimentos para autoconsumo e integrar a produção aquícola com outros sistemas de criação e de cultivo. Entretanto, também há vários aquicultores que se dedicam exclusivamente à atividade, sendo a maioria de grande porte.

A ausência de uma política clara de desenvolvimento sustentável da aquicultura no país e em Mato Grosso do Sul, o ainda baixo nível de consumo de pescado pela população, a inadequação dos atuais procedimentos de licenciamento ambiental e o alto custo de implantação da aquicultura dificultam o pleno desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura. Os aquicultores da agricultura familiar representam o segmento que mais sofre com essas dificuldades.

O crédito para a aquicultura esbarra na informalidade, pois a grande maioria dos aquicultores atua sem as devidas autorizações ambientais. Recentemente estão sendo ampliadas as ofertas de linhas de financiamento, mas os agentes financeiros ainda se sentem inseguros na aplicação na atividade.

Os diferentes elos da cadeia produtiva da aquicultura ainda carecem de geração de tecnologias de produção sustentáveis e de formação técnica e profissional nas universidades e escolas técnicas em funcionamento no Estado.

A assistência técnica aos agricultores que implementam a atividade aquícola ainda é insuficiente e desarticulada da pesquisa. Apenas alguns profissionais ligados às agroindústrias existentes ou a projetos no setor e alguns (poucos) profissionais da Agraer se dedicam a esta tarefa.

Há segmentos fortemente verticalizados na cadeia produtiva da aquicultura, voltados para o abastecimento do mercado externo representando uma forte oportunidade econômica.

No estado há apenas duas unidades agroindustriais de processamento de peixes e a comercialização de pescado no mercado interno ocorre principalmente através das peixarias, dos pesque-pagues e supermercados, com sérios problemas de fiscalização sanitária.

O setor da aquicultura carece de coordenação do seu desenvolvimento. Os aquicultores têm baixo nível de organização (poucas cooperativas e associações). Atualmente a Câmara Setorial de Piscicultura de MS têm cumprido um papel relevante neste sentido, necessitando aprofundar suas ações.

Propostas da 3ª Conferência da aquicultura e da pesca de Mato Grosso do Sul

Para superar esta realidade e construir a sustentabilidade da pesca e da aquicultura em Mato Grosso do Sul propomos:

1. Implantação de rede de infra-estruturas para organizar a produção de pescado, tais como atracadouros para desembarque de pescado, entrepostos e estrutura física adequada para recepcionar e distribuir o pescado, plantas agroindustriais de pequena e média escala, com câmaras frias, caminhões frigoríficos, fábricas de gelo e escritório junto à sede das organizações dos pescadores e aquicultores (cooperativas, colônias, associações). Toda essa infra-estrutura deverá ser orientada por um planejamento estratégico do setor, onde seja previsto desde a viabilidade econômica até a adequação ambiental e sanitária.
2. Ampliar e qualificar a oferta de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola.
3. Construir uma estratégia de comunicação dos setores, na qual sejam contemplados a difusão de informações técnicas ao produtor e de *marketing* do pescado sul-matogrossense, construindo uma identidade própria, orientada para a valorização da sustentabilidade na produção aquícola e pesqueira.

4. Investimento contínuo em melhoria de infra-estrutura das instituições de pesquisa e ensino, bem como seu correspondente custeio para formar um setor de Pesquisa & Desenvolvimento de excelência na geração de conhecimentos e formação técnica e profissional para o desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca.
5. Desoneração fiscal em todos os elos da cadeia produtiva do pescado.
6. Promover seminários e encontros entre pescadores, aquicultores, assistência técnica, MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura e Banco do Brasil para discutir o crédito rural PRONAF e definir os critérios e o procedimento para a concessão de financiamentos ao setor, bem como a divulgação das linhas existentes, com vistas a superar os entraves ao acesso aos créditos disponíveis.
7. Adequação e harmonização das legislações estaduais da pesca e de licenciamento ambiental com a legislação federal. O segmento da aquicultura exige ser regularizado ambientalmente, através do cumprimento da Resolução 413 do CONAMA, sem exigências adicionais do Governo do Estado. Propomos a celebração de um termo de ajustamento de conduta (uma conciliação entre o órgão ambiental e os aquicultores mediado pelo MPA e o Ministério Público), que estabeleça um prazo de 5 anos para que os aquicultores já instalados até maio de 2009 sejam regularizados junto ao órgão ambiental.
8. Que a Assembléia Legislativa de MS, no seu papel de fórum superior de debates de nosso Estado, realize um debate democrático sobre a legislação pesqueira estadual e aguardamos, com expectativa positiva, que seja acolhido o amplo debate público que construiu o atual projeto de lei que tramita na casa.
9. Ordenamento das atividades aquícolas e pesqueiras, com implementação de regulamentação do acesso de pescadores e aquicultores aos reservatórios de barragens, com garantia do direito de acesso dos pescadores profissionais-artesanais aos rios, braços de rios, baías e similares corpos d'água de domínio público.
10. Políticas sociais específicas para os segmentos dos/as pescadores/as profissionais-artesanais e aquicultores familiares: habitação, inclusão digital, alfabetização, atenção à saúde, formação profissional.
11. Desenvolvimento de mecanismos de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros combinando o conhecimento prático dos pescadores e o conhecimento científico para subsidiar a adequação das normas das pescarias permitidas, levando a uma exploração mais racional e sustentável das diferentes espécies (permissão à captura e comercialização de curimatá (*Prochilodus lineatus*), adequação do período de defeso, adequação e reavaliação das medidas mínimas dos peixes permitidas para a pesca).
12. Melhorar o sistema de fiscalização ambiental da pesca e aquicultura, capacitando os agentes de fiscalização na lida com os atores do setor e ampliando o investimento na estruturação da Polícia Militar Ambiental - PMA, do Ibama e do MPA. Propomos que seja construída uma estratégia de orientação dos pescadores profissionais-artesanais e dos aquicultores sobre legislação da pesca e da aquicultura e educação ambiental. Destacamos, também, que a fiscalização da PMA deve ser dirigida a todos, independentemente da sua profissão: turistas desrespeitosos, pescadores/as irregulares e empresas poluidoras (sejam elas públicas ou privadas).



13. Regulamentação e garantia do acesso dos pescadores profissionais artesanais ao rio e a garantia de que possam utilizar os locais tradicionais de acampamento.

Nós, pescadores/as e aquicultores/as de Mato Grosso do Sul, conclamamos a todos os atores envolvidos no setor a aumentar a produção de pescado em bases sustentáveis, gerando alimentos, empregos, renda e qualidade de vida. E conclamamos a sociedade a acompanhar, fiscalizar e construir uma política de desenvolvimento da aquicultura e da pesca com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Campo Grande (MS), 13 a 15 de julho de 2009.

3ª Conferência Estadual da Aquicultura e da Pesca